



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

Concurso Interno

001. PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS E PROFISSIONAIS

Curso de Habilitação ao Quadro Auxiliar de Oficiais da Polícia Militar
do Estado de São Paulo – 2022 (CHQAOPM/2022)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 90 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul, preferencialmente, ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles finalize sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

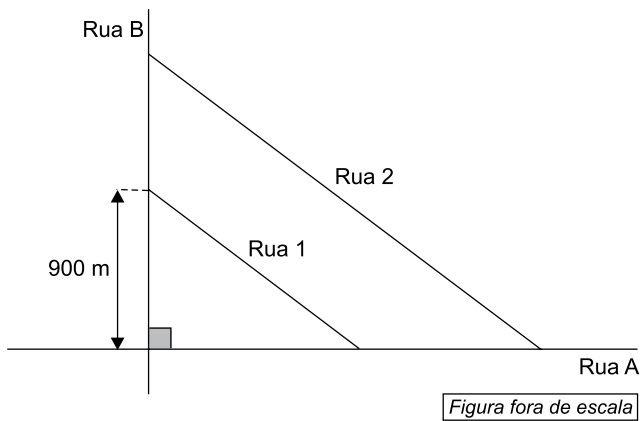
Sala _____

Carteira _____

MATEMÁTICA

01. Conforme informações que constam do *site* da Polícia Militar do Estado de São Paulo, o número de procurados capturados, no mês de abril de 2021, foi igual a 1905, enquanto que, no mês de maio do mesmo ano, foi de 2292. Sendo assim, o número de procurados capturados no mês de maio, em relação ao mês de abril, sofreu um aumento. Assinale a alternativa que mais se aproxima do percentual de aumento do número de capturados.
- (A) 19,5%
- (B) 20,0%
- (C) 20,5%
- (D) 21,0%
- (E) 21,5%
02. Ao se fazer uma estatística sobre as informações de um total de 10 policiais que iniciaram um curso de formação, identificou-se, dentre outras medidas, que a média dos anos em que esses policiais ingressaram na Polícia Militar era de 12 anos. Ao final do curso, apenas um dos policiais não o concluiu, sendo que ele tinha ingressado na instituição há 3 anos. A média dos anos que os policiais concluintes ingressaram na instituição era de
- (A) 9 anos.
- (B) 10 anos.
- (C) 11 anos.
- (D) 12 anos.
- (E) 13 anos.
03. Uma empresa produz certo objeto ao custo unitário de R\$ 25,00 e o vende ao preço de R\$ 40,00. Mensalmente, independentemente da quantidade produzida e vendida, essa empresa tem um custo fixo de R\$ 23.000,00. Em determinado mês, pretende-se que a diferença entre o valor que será obtido das vendas e o valor referente ao custo total (produção mais custo fixo) dos objetos produzidos e vendidos naquele mês corresponda a um valor maior ou igual a 40% do custo total. Para tanto, devem ser produzidas e vendidas, desse objeto,
- (A) 1840 ou mais unidades.
- (B) 2990 ou mais unidades.
- (C) 4140 ou mais unidades
- (D) 5290 ou mais unidades.
- (E) 6440 ou mais unidades.

04. A figura representa parte da planta de um bairro planejado, em que as Ruas 1 e 2 são paralelas, e a Rua A forma um ângulo de 90° com a Rua B:



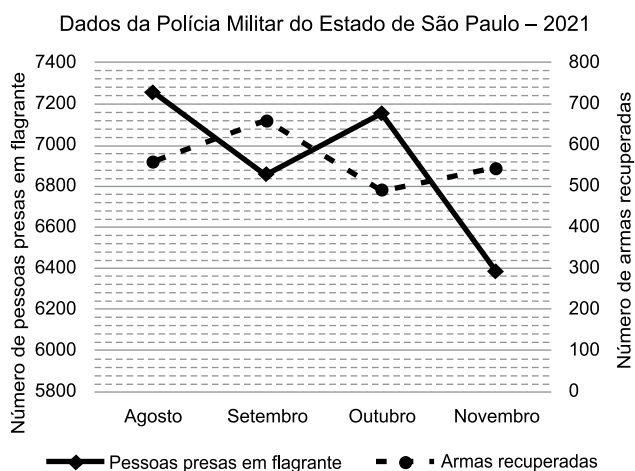
Sabendo-se que as extensões das Ruas 1 e 2 são, respectivamente, 1,5 km e 2,75 km, é correto afirmar que o trecho da Rua B, entre as Ruas 1 e 2, tem extensão de

- (A) 650 m.
 (B) 700 m.
 (C) 750 m.
 (D) 800 m.
 (E) 850 m.
05. Em um batalhão, há 5 vagas lado a lado, em linha reta, para estacionarem aleatoriamente 5 viaturas, sendo uma delas a viatura do comando e a outra a viatura de prefixo final 9. O número de posições distintas para as viaturas estacionarem, de modo que as duas viaturas identificadas fiquem lado a lado, é igual a
- (A) 16.
 (B) 20.
 (C) 34.
 (D) 48.
 (E) 52.
06. Um grupo com 27 policiais é composto por sargentos e tenentes, dentre eles o Sargento Dias e o Tenente Guedes. Desse grupo, um sargento e um tenente serão escolhidos, aleatoriamente, para representarem-no em um evento. Sabendo-se que o número de sargentos nesse grupo correspondente ao dobro do número de tenentes, a probabilidade de serem escolhidos o Sargento Dias e o Tenente Guedes como representantes do grupo corresponde a
- (A) $\frac{1}{162}$
 (B) $\frac{1}{90}$
 (C) $\frac{2}{159}$
 (D) $\frac{2}{27}$
 (E) $\frac{1}{6}$

07. Um grupo de 50 pessoas participará de uma reunião. Para tanto, o secretário do grupo criou uma enquete perguntando qual é o melhor dia para agendar essa reunião: uma quinta-feira ou uma sexta-feira. Nessa enquete, houve participante que indicou apenas um desses dias, houve participante que indicou ambos os dias, e, também, houve quem indicou nenhum desses dias. Sabendo-se que quinta-feira foi indicada por 24 participantes, sexta-feira foi indicada por 36 participantes e que 5 participantes do grupo indicaram nenhum desses dois dias, é correto afirmar que o número de participantes que indicaram

- (A) ambos os dias é maior do que o número de participantes que indicaram apenas sexta-feira.
- (B) ambos os dias é menor do que o número de participantes que indicaram apenas quinta-feira.
- (C) ambos os dias é 7 unidades maior do que o número de participantes que indicaram nenhum dos dois dias.
- (D) apenas quinta-feira é 4 unidades maior do que o número de participantes que indicaram nenhum dos dois dias.
- (E) apenas sexta-feira é 13 unidades maior do que o número de participantes que indicaram nenhum dos dois dias.

08. No gráfico a seguir são representados alguns dados disponibilizados no *site* da Polícia Militar do Estado de São Paulo, referentes aos meses de agosto a novembro de 2021.



Com base na análise das informações apresentadas no gráfico, assinale a alternativa que contém uma afirmação verdadeira.

- (A) Em agosto, a diferença entre o número de pessoas presas em flagrante e o número de armas recuperadas foi de, aproximadamente, 350.
- (B) Em setembro, o número de armas recuperadas foi maior do que o número de pessoas presas em flagrante.
- (C) Em outubro, para cada 10 armas recuperadas, aproximadamente 13 pessoas foram presas em flagrante.
- (D) Em novembro, o número de pessoas presas em flagrante correspondeu a, aproximadamente, 12 vezes o número de armas recuperadas.
- (E) Nos quatro meses, a soma dos números de armas recuperadas é maior do que a soma dos números de pessoas presas em flagrante.

09. Uma grande praça plana, em formato de hexágono regular, tem lados medindo 15 m. Em linha reta, partindo-se do ponto central dessa praça e chegando-se ao ponto médio de um dos seus lados, caminha-se, aproximadamente, 13 m. Sendo assim, a área dessa praça é, aproximadamente,
- (A) 575 m².
 - (B) 585 m².
 - (C) 595 m².
 - (D) 605 m².
 - (E) 615 m².
10. Na sequência numérica finita 1, 3, 6, 10, 15, ..., 55 há uma única regularidade. A soma dos elementos dessa sequência é igual a
- (A) 250.
 - (B) 240.
 - (C) 230.
 - (D) 220.
 - (E) 210.
11. Necessita-se construir a tabela-verdade de uma proposição composta por 5 proposições simples. O número total das possíveis combinações das proposições simples, que correspondem às linhas dessa tabela, excluídas as linhas de cabeçalho, é igual a
- (A) 32.
 - (B) 48.
 - (C) 64.
 - (D) 96.
 - (E) 128.
12. Assinale a alternativa que contém uma negação lógica para a proposição “Carla não é policial militar e Rogério é policial civil”.
- (A) Carla e Rogério são policiais militares.
 - (B) Rogério não é policial civil ou Carla é policial militar.
 - (C) Carla é policial militar e Rogério não é policial civil.
 - (D) Rogério é policial militar ou Carla é policial civil.
 - (E) Carla é policial civil e Rogério não é policial civil.
13. Sabendo que é falsa a proposição “Se Ana está fazendo essa prova, então Roberto não está fazendo ela”, é correto afirmar que
- (A) Ana e Roberto estão fazendo essa prova.
 - (B) Ana e Roberto não estão fazendo essa prova.
 - (C) Ana ou Roberto não estão fazendo essa prova.
 - (D) Ana não está fazendo essa prova e Roberto está fazendo ela.
 - (E) Ana está fazendo essa prova e Roberto não está fazendo ela.
14. Uma equivalente para a condicional “Se André concluiu o curso, então ele é auxiliar de oficial” é a proposição
- (A) Se André não concluiu o curso, então ele não é auxiliar de oficial.
 - (B) Se André não é auxiliar de oficial, então ele não concluiu o curso.
 - (C) Se André é auxiliar de oficial, então ele concluiu o curso.
 - (D) André concluiu o curso e é auxiliar de oficial.
 - (E) André não é auxiliar de oficial e não concluiu o curso.
15. Se Carmen é funcionária pública ou Ana é assalariada, então Edmilson é autônomo. Sabendo-se que Carmen é funcionária pública e Ricardo é empresário, conclui-se, corretamente, que
- (A) Ana é assalariada.
 - (B) Ana não é assalariada.
 - (C) Se Ricardo é empresário, então Ana é assalariada.
 - (D) Se Ana é assalariada, então Edmilson não é autônomo.
 - (E) Ana não é assalariada ou Edmilson é autônomo.

R A S C U N H O

16. Leia a tira.



(Caco Galhardo, "Daiquiri". Folha de São Paulo, 17.03.2022)

A tira faz uma crítica

- (A) ao caminho seguido para obtenção de sabedoria.
- (B) ao desapego com as inovações tecnológicas.
- (C) às dificuldades para busca de conhecimento.
- (D) à preocupação excessiva com as redes sociais.
- (E) ao excesso de sabedoria nas interações humanas.

Leia o texto para responder às questões de números 17 a 19.

Nova "grande erupção" é detectada no vulcão de Tonga

Outra grande erupção foi detectada no vulcão submarino de Tonga, informou uma estação de monitoramento localizada em Darwin, dois dias depois que uma primeira erupção desencadeou ondas de tsunami ao redor do Pacífico.

A última erupção foi detectada às 22h10 (19h10 em Brasília, domingo, 16.01.2022), de acordo com um alerta do Centro Consultivo de Cinzas Vulcânicas de Darwin.

O Centro de Alerta de Tsunami do Pacífico também afirmou ter detectado grandes ondas na área: "Isso pode ser de outra explosão do vulcão de Tonga. Não há terremotos conhecidos de tamanho significativo para gerar essa onda".

O vulcão Hunga Tonga-Hunga Ha'apai, no sudoeste do Pacífico, entrou em erupção explosiva na noite de sábado, produzindo um tsunami, enviando cinzas a 30 mil metros de altura e gerando uma onda de choque atmosférico que se espalhou pelo mundo. A erupção foi ouvida no Alasca, a cerca de 8 mil km de distância, enquanto uma área do tamanho da Nova Inglaterra, cerca de 180 mil km², foi coberta pela nuvem de fumaça cinzenta.

O vulcão fica a cerca de 65 km ao norte da principal ilha de Tonga, Tongatapu, perto da Linha Internacional da Data. Tonga, lar de 105 mil pessoas, está a nordeste da Nova Zelândia e sudeste de Fiji.

(<https://internacional.estadao.com.br/noticias>, 16.01.2022. Adaptado)

17. A leitura do texto permite afirmar que ele é predominantemente

- (A) narrativo, uma vez que organiza as informações numa sequenciação temporal, expondo o fato gerador da notícia e suas consequências.
- (B) descritivo, uma vez que organiza as informações na perspectiva da espacialidade, ordenando os elementos descritores da situação apresentada.
- (C) dissertativo, uma vez que organiza as informações a partir de um fato contundente, argumentando de forma lógica sobre os efeitos do incidente.
- (D) narrativo-descritivo, uma vez que as informações são pormenorizadas para construir o relato de forma a sensibilizar e emocionar o público leitor.
- (E) dissertativo-descritivo, uma vez que os enunciados descritivos estão a serviço de uma argumentação que visa amenizar o pavor do ocorrido.

18. Leia os trechos do texto:

- O vulcão Hunga Tonga-Hunga Ha'apai, **no sudoeste do Pacífico**, entrou em erupção... (4º parágrafo)
- A erupção foi ouvida no Alasca, **a cerca de 8 mil km de distância**... (4º parágrafo)
- Tonga, **lar de 105 mil pessoas**, está a nordeste da Nova Zelândia e sudeste de Fiji. (5º parágrafo)

As expressões destacadas têm o objetivo de indicar, correta e respectivamente:

- (A) a localização do vulcão; o alcance do som produzido pela erupção; um esclarecimento sobre Tonga.
- (B) a distância do vulcão; a localização do vulcão; uma retificação sobre Tonga.
- (C) a frequência de erupções na região; a localização do Alasca; a localização de Tonga.
- (D) a força da erupção; a localização de Tonga e Alasca; uma análise sobre Tonga.
- (E) a extensão geográfica do vulcão; a baixa letalidade da erupção; um elogio a Tonga.

19. Considere as frases:

- Outra grande erupção foi detectada no vulcão submarino de Tonga... (1º parágrafo)
- “Não há terremotos conhecidos de tamanho significativo para gerar essa onda”. (3º parágrafo)

Em conformidade com a norma-padrão, as frases podem ser reescritas, respectivamente, das seguintes formas:

- (A) Detectaram outra grande erupção no vulcão submarino de Tonga... / Não aconteceu terremotos conhecidos de tamanho significativo para gerar essa onda.
- (B) No vulcão submarino de Tonga, detectou-se outra grande erupção... / Não se sabe de terremotos conhecidos de tamanho significativo para gerar essa onda.
- (C) Detectaram-se, no vulcão submarino de Tonga, outra grande erupção... / Não surgiram terremotos conhecidos de tamanho significativo para gerar essa onda.
- (D) Outra grande erupção no vulcão submarino de Tonga detectaram-se... / Não existe terremotos conhecidos de tamanho significativo para gerar essa onda.
- (E) Detectou-se, no vulcão submarino de Tonga, outra grande erupção... / Não ocorreu terremotos conhecidos de tamanho significativo para gerar essa onda.

20. As alternativas trazem informações adaptadas da obra *História concisa da Literatura Brasileira*, do professor e crítico literário Alfredo Bosi. Assinale a alternativa referente à obra *Macunaíma*, de Mario de Andrade.

- (A) O índio como o outro, objeto de colonização e catequese, perde na obra toda autenticidade étnica e regride ao marco zero de espanto (quando antropófago), ou exemplo de edificação (quando religioso).
- (B) Para dar forma ao herói, o autor não via meio mais eficaz do que amalgamá-lo à vida da natureza. Aquilo que é natural o encanta: desde as linhas do perfil até os gestos que definem um caráter, tudo emerge do mesmo fundo incôscio e selvagem.
- (C) A obra corresponde a um corte sincrônico da vida familiar brasileira nos meios urbanos em uma fase em que já se esboçava uma estrutura não mais puramente colonial, mas ainda longe do quadro industrial-burguês.
- (D) O herói é responsável pela primeira ação colonizadora na Bahia. Menos herói de luta do que herói cultural, ele é o fundador, o homem providencial que ensinou ao bárbaro as virtudes e as leis do alto.
- (E) O protagonista é uma espécie de barro vital, ainda amorfo, a que o prazer e o medo vão mostrando os caminhos a seguir, desde o nascimento em plena selva amazônica, até a chegada à São Paulo moderna em busca do talismã.

21. Leia a tira.



(M. Schulz, Minduim Charles.
<https://cultura.estadao.com.br/quadrinhos>. 25.03.2022. Adaptado)

Trufa: a trufa cresce nas raízes subterrâneas de certas árvores de clima temperado, como o carvalho e a aveleira, e é localizada por cães treinados.

Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas da tira devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) por que ... à ... Porque ... comer ela
- (B) porque ... do que ... Por que ... comê-la
- (C) por quê ... mais do que ... Por quê ... comer ela
- (D) porque ... que ... Porquê ... comer-lhe
- (E) por que ... a ... Porque ... comê-la

Leia o fragmento para responder às questões de números **22 a 24**.

Para o céu cristalino alevantando
Com lágrimas, os olhos piedosos
(Os olhos, porque as mãos lhe estava atando
Um dos duros ministros rigorosos);
E depois nos meninos atentando,
Que tão queridos tinha e tão mimosos,
Cuja orfandade como mãe temia,
Para o avô cruel assim dizia:

(...)

“Ó tu, que tem de humano o gesto e o peito
(Se de humano é matar uma donzela,
Frac e sem força, só por ter sujeito
O coração a quem soube vencê-la),
A estas criancinhas tem respeito,
Pois o não tens à morte escura dela;
Mova-te a piedade sua e minha,
Pois te não move a culpa que não tinha”.

(Episódio de Inês de Castro. Luiz Vaz de Camões, *Os Lusíadas*)

22. O trecho faz parte do *Episódio de Inês de Castro*, da obra *Os Lusíadas*, de Luiz Vaz de Camões. Esse momento da obra pode ser definido como

- (A) religioso, no qual Inês de Castro entrega-se ao rei para ser morta, por desobedecer aos preceitos cristãos.
- (B) heroico, no qual D. Pedro é afrontado por Inês de Castro que, mesmo prestes a morrer, renega o seu amor.
- (C) lírico-amoroso, no qual Inês de Castro interpela o rei de Portugal para que desista da intenção de matá-la.
- (D) satírico, no qual D. Afonso IV de Borgonha, rei de Portugal, descobre o romance secreto de Inês de Castro.
- (E) histórico, no qual Inês de Castro é morta por trair o rei de Portugal, que é seu amante e pai de seus filhos.

23. As informações do texto permitem concluir corretamente que a situação em que Inês de Castro se encontra decorre de

- (A) um medo de perder seus filhos brevemente, como comprova o trecho: “A estas criancinhas tem respeito”.
- (B) um sentimentalismo exagerado, que limitava o seu raciocínio, como comprova o trecho: “Com lágrimas, os olhos piedosos”.
- (C) uma paixão que não pôde ser refreada, como comprova o trecho: “só por ter sujeito / O coração a quem soube vencê-la”.
- (D) uma fé inabalável, que afrontava os seus desafios, como comprova o trecho: “Para o céu cristalino alevantando”.
- (E) um estado de saúde fragilizado, como comprova o trecho: “Se de humano é matar uma donzela, / Frac e sem força”.

24. O vocábulo do texto cujo sufixo indica ideia de “abundância” é

- (A) orfandade.
- (B) rigorosos.
- (C) criancinhas.
- (D) cristalino.
- (E) alevantando.

Leia o texto para responder às questões de números **25 a 27**.

Foco no cerrado

O tema da preservação ambiental, no Brasil, sempre vai associado a desmatamento da Amazônia, fogo no Pantanal e a quase extinção da mata atlântica. Raramente vem à tona a defesa do cerrado, bioma que perdeu 8531 km² da vegetação original em 2021, quase seis vezes a área do município de São Paulo. Esse dado desanimador teve divulgação no último dia de 2021.

Existe algo de preconceito nessa visão desfocada do cerrado, paisagem que domina o centro do país. Na estiagem, suas fisionomias campestres e florestais assumem aparência seca, um mosaico de capim, arbustos e árvores retorcidas não raro descrito como reles “mato”.

É o segundo maior bioma do Brasil, contudo, e o que se chama de “hotspot”: área de imensa biodiversidade sob grave ameaça. Metade do cerrado já foi destruída, ante um quinto da floresta amazônica.

A imagem de terra sem valor favoreceu a expansão imprevidente do agronegócio. Hoje a savana brasileira produz 55% da carne bovina, 49% da soja, 49% do milho, 98% do algodão e 47% da cana-de-açúcar, segundo a Embrapa Cerrados.

Foi uma façanha épica e tecnológica convertê-la no celeiro de grãos do país, a partir dos anos 1970. No entanto tal história de sucesso comportou boa dose de negligência com a devastação continuada.

(Editorial. *Folha de S.Paulo*, 01.01.2022. Adaptado)

25. O editorial defende a ideia de que o cerrado

- (A) se beneficiou com a expansão imprevidente do agronegócio, pois é a região brasileira com maior produção de grãos, perdendo apenas para a região amazônica, também devastada.
- (B) ganhou destaque no cenário nacional ao ser convertido em celeiro de grãos do país, conseguindo reverter a expansão imprevidente do agronegócio, que visava devastar a região.
- (C) se tornou a área brasileira com maior biodiversidade, embora tenha sido destruída pela metade, como a floresta amazônica, em razão da expansão imprevidente do agronegócio.
- (D) foi alvo da ação imprevidente do agronegócio, tendo destruição proporcionalmente maior do que a floresta amazônica, pois é visto, com equívoco, como um bioma de menor importância.
- (E) é chamado de “hotspot” porque se trata de um bioma com imensa biodiversidade, preservada pela recente expansão imprevidente do agronegócio, que só destruiu um quinto de sua área.

26. Assinale a alternativa em que o conectivo empregado mantém o sentido do texto e a regência nominal está em conformidade com a norma-padrão.

- (A) O cerrado é o segundo maior bioma do Brasil, porque é descrito como reles “mato” em razão do seu aspecto na estiagem.
- (B) O cerrado é descrito como reles “mato” graças o seu aspecto na estiagem, todavia ele é o segundo maior bioma do Brasil.
- (C) Apesar de ser descrito como reles “mato”, devido ao seu aspecto na estiagem, o cerrado é o segundo maior bioma do Brasil.
- (D) Tanto o cerrado é o segundo maior bioma do Brasil que é descrito como reles “mato” devido o seu aspecto na estiagem.
- (E) Em razão ao seu aspecto na estiagem, o cerrado é descrito como um reles “mato”, mas também é o segundo maior bioma do Brasil.

27. No trecho do primeiro parágrafo – ... bioma **que** perdeu 8531 km² da vegetação original em 2021... –, o termo destacado está empregado com o mesmo valor que na frase:

- (A) É certo **que** a biodiversidade do cerrado vive sob ameaça.
- (B) A biodiversidade **que** se encontra no cerrado está ameaçada.
- (C) **Que** ameaça enfrenta a biodiversidade do cerrado nacional?
- (D) Espera-se **que** se combata a ameaça à biodiversidade do cerrado.
- (E) A esperança é de **que** a biodiversidade do cerrado não seja ameaçada.

Leia o fragmento de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* para responder às questões de números 28 e 29.

Naquele dia, a árvore dos Cubas brotou uma graciosa flor. Nasci; recebeu-me nos braços a Pascoela, insigne parreira minhota, que se gabava de ter aberto a porta do mundo a uma geração inteira de fidalgos. Não é impossível que meu pai lhe ouvisse tal declaração; creio, todavia, que o sentimento paterno é que o induziu a gratificá-la com duas meias dobras. Lavado e enfaixado, fui desde logo o herói da nossa casa. Cada qual prognosticava a meu respeito o que mais lhe quadrava ao sabor. Meu tio João, o antigo oficial de infantaria, achava-me um certo olhar de Bonaparte, coisa que meu pai não pôde ouvir sem náuseas; meu tio Ildefonso, então simples padre, farejava-me cônego.

Meu pai respondia a todos que eu seria o que Deus quisesse; perguntava a todos se eu me parecia com ele, se era inteligente, bonito...

(Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Adaptado)

28. Segundo os prognósticos a respeito do narrador apresentados no excerto e o que se desenrolou na obra, é correto afirmar que

- (A) o pai, contando com a vontade divina, prefere não tomar partes nas predições alheias, e Brás Cubas, por fim, acaba seguindo a carreira política.
- (B) o tio João, desejando que Brás Cubas seguisse uma carreira militar, acaba por introduzi-lo nesse caminho, o que custou a inimizade do pai do protagonista.
- (C) o tio Ildefonso, sentindo a inclinação do sobrinho para a religião, fortalece-lhe o espírito desde pequeno, tornando-se Brás Cubas, de fato, um cônego.
- (D) o pai, querendo tirar a criança dos interesses dos tios, determina ao filho, quando jovem, que desenvolva o emplasto, que o levou à glória na sociedade.
- (E) os tios, vendo o desinteresse do pai pelo destino da criança, orientam-no a buscar uma carreira diplomática fora do Brasil, o que lhe traz riqueza e prestígio.

29. Transposta para o discurso direto, a passagem – Meu pai respondia a todos que eu seria o que Deus quisesse; perguntava a todos se eu me parecia com ele, se era inteligente, bonito... – assume a seguinte redação, de acordo com a norma-padrão:

- (A) Meu pai respondia a todos: “Eu serei o que Deus quer”; perguntava a todos: “Eu se pareço com ele? É inteligente, bonito...”
- (B) Meu pai respondia a todos: “Que eu seria o que Deus quisesse”; perguntava a todos: “Se eu me parecia com ele, se era inteligente, bonito...”
- (C) Meu pai respondia a todos: “Ele será o que Deus quer”; perguntava a todos: “Ele se parece com eu? É inteligente, bonito...”
- (D) Meu pai respondia a todos: “Ele será o que Deus quiser”; perguntava a todos: “Ele se parece comigo? É inteligente, bonito...”
- (E) Meu pai respondia a todos que ele será o que Deus quer; perguntava a todos se ele se parece com ele, é inteligente, bonito...



(M. Schulz, Minduim Charles.

<https://cultura.estadao.com.br/quadrinhos.20.01.2022>)

No último quadrinho, a fala de Snoopy traz uma forma em desacordo com a norma-padrão: “Traz ele”. Sobre esse uso, é correto afirmar que está

- (A) adequado à situação comunicativa e tem como correspondente na norma-padrão a forma “Trazê-lo”.
- (B) inadequado à situação comunicativa e tem como correspondente na norma-padrão a forma “Traz-no”.
- (C) adequado à situação comunicativa e tem como correspondente na norma-padrão a forma “Traga ele”.
- (D) inadequado à situação comunicativa e tem como correspondente na norma-padrão a forma “Traz-lhe”.
- (E) adequado à situação comunicativa e tem como correspondente na norma-padrão a forma “Trá-lo”.

31. “(...) Missão cumprida em Campos das Palmas Laguna, heroísmo na retirada Glória em Canudos, e, de armas e almas Ao nosso Julho da Clarinada Sob as arcadas vem, um a um Dos cento e trinta de trinta e um (...)”

(Guilherme de Almeida)

Na estrofe da Canção da Força Pública transcrita são referenciados alguns dos marcos históricos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, representados pelas dezoito estrelas que figuram em seu brasão de armas. A qual dos marcos históricos faz alusão o trecho “... de armas e almas ao nosso Julho da Clarinada”?

- (A) Guerra dos Farrapos.
- (B) Revolução Liberal de Sorocaba.
- (C) Revolução Outubrista de 1930.
- (D) Revolução Constitucionalista de 1932.
- (E) Segunda Guerra Mundial.

32. Onde ocorreu o incêndio que sensibilizou particularmente as elites políticas paulistas e efetivou o processo de criação do Corpo de Bombeiros de São Paulo, em 1880?

- (A) No Palácio dos Campos Elíseos, antiga sede do governo e residência oficial do Presidente da Província, que foi transferida temporariamente logo após o incêndio.
- (B) Na roda dos enjeitados da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, onde crianças recém-nascidas eram deixadas aos cuidados de instituições de caridade.
- (C) No convento de São Francisco, onde estava instalada a Faculdade de Direito, de onde eram oriundos muitos dos administradores públicos da época.
- (D) Na Catedral da Sé, sede da Arquidiocese de São Paulo e local onde a elite política se encontrava para a prática religiosa e, após, articulações políticas informais.
- (E) No prédio jesuíta do Pátio do Colégio, marco de origem da cidade de São Paulo e de importância histórica para a cidade.

33. O engajamento da ala revolucionária da Força Pública paulista na Coluna Miguel Costa-Prestes e o empenho de considerável contingente da ala legalista na perseguição à Coluna motivaram o governo paulista a criar, em 1926, como auxiliar da Força Pública,

- (A) a Guarda Civil Metropolitana.
- (B) o Corpo Policial Provisório.
- (C) a Companhia de Pedestres.
- (D) a Companhia de Urbanos.
- (E) a Guarda Civil.

34. Durante a greve geral operária de 1917, de proporções nunca antes vistas em São Paulo, graves tumultos perturbavam a ordem na cidade. A ausência de canais de comunicação entre o Comitê de Defesa Proletária, representante dos operários, os industriais e o governo prolongava a duração da greve e agravava a situação. Nesse contexto, um oficial da Força Pública, sensibilizado com as condições de vida dos trabalhadores, iniciou a articulação que resultou na criação de um Comitê de Jornalistas, o qual foi capaz de mediar as negociações entre os envolvidos e, pacificamente, pôr fim à greve. Quem foi esse oficial?

- (A) Tenente Nataniel Prado.
- (B) Capitão Miguel Costa.
- (C) Coronel Pedro Arbues.
- (D) Coronel Pedro Dias de Campos.
- (E) General Francisco Alves do Nascimento Pinto.

35. No início do período regencial, o Brasil passava por uma grave crise político-institucional e o país corria o risco de se fragmentar, tal qual havia ocorrido com a América espanhola. Em 18 de agosto de 1831, a Assembleia Geral aprovou projeto de lei apresentado por Diogo Antonio Feijó, Ministro da Justiça, que extinguiu todos os corpos de milícias, ordenanças e guardas municipais existentes no país. Por esse mesmo diploma legal foi criada a

- (A) Guarda Municipal Permanente.
- (B) Guarda Municipal de Voluntários a Pé e a Cavalos.
- (C) Guarda Cívica.
- (D) Guarda Nacional.
- (E) Guarda Urbana.

36. Nós queremos uma constituição, que afiance e sustente a nossa independência, a união das províncias, a integridade do império, a liberdade política, a igualdade civil e todos os direitos inalienáveis do homem em sociedade.

(Citado por Denis Antônio de Mendonça Bernardes. "Pernambuco e o Império (1822 – 1824): sem Constituição soberana não há união." In: István Jancsó (org.) *Brasil: formação do Estado e da Nação*, 2003, p. 246)

O excerto é de um artigo de jornal de 3 de junho de 1824 escrito por Frei Caneca, um dos líderes da Confederação do Equador. O conteúdo do artigo manifesta

- (A) uma defesa intransigente da forma de governo republicana.
- (B) um projeto de organização institucional do Estado independente.
- (C) uma adesão das elites regionais à Constituição outorgada pelo Imperador.
- (D) um conagração da elite política em torno da adoção do parlamentarismo.
- (E) uma exigência de legalização das prerrogativas do absolutismo monárquico.

37. Observe a charge de Henrique Fleiuss publicada na revista *Semana Illustrada* em 1868.



(<https://br.pinterest.com/pin/576249714798490070/>)

A charge mostra

- (A) a submissão do poder monárquico ao sistema bipartidário brasileiro dos senhores de escravos.
- (B) a crítica monárquica à imitação pelo Brasil de modelos políticos parlamentares estrangeiros.
- (C) a preferência monárquica pelo programa social dos líderes políticos do partido conservador.
- (D) a função da monarquia na conciliação das forças políticas em uma conjuntura de guerra externa.
- (E) a natureza democrática da monarquia brasileira em contraposição ao caudilhismo das repúblicas americanas.

38. Na campanha, surgiram ataques ao imperialismo dos grandes Estados e pediu-se proteção para os produtos brasileiros de exportação em geral e não apenas para o café. Nilo não se opôs à valorização cafeeira em curso, de que o Estado do Rio também se beneficiava, mas atacou o tratamento especial dado ao produto. Esse era um tema de especial predileção dos gaúchos.

(Boris Fausto. *História do Brasil*. 2012, p. 262)

O excerto alude à Reação Republicana, liderada por Nilo Peçanha, que congregou os estados do Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco para disputar a eleição presidencial de 1922. A campanha

- (A) combateu a política inflacionária do Estado imposta pelo *funding-loan*.
- (B) exigiu publicamente a extinção do voto universal nas eleições periódicas.
- (C) aliou-se aos movimentos tenentistas no combate à República Oligárquica.
- (D) propôs a adoção de um salário mínimo nacional para os operários industriais.
- (E) procurou ampliar a participação política de setores oligárquicos na esfera federal.

39. De 1968 a 1973, enquanto a população saltava de 87,8 milhões a 100,29 milhões, o PIB [Produto Interno Bruto] real aumentava à taxa média “chinesa” de 11,2% ao ano, atingindo, em 1973, praticamente 14% (13,97%). Superava assim generosamente a média histórica do pós-guerra, de 7%, já bastante satisfatória, e permitia aliviar a pressão demográfica em lento decréscimo, de uma taxa anual de 2,8% (68/69) e 2,6% (73).

(Rubens Ricupero. *A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016*, 2017, p. 461)

Relacionando-se as informações apresentadas pelo excerto à situação política do período da história do Brasil de 1968 a 1973, pode-se afirmar que o crescimento econômico

- (A) dependia das privatizações de empresas estatais em uma situação de aplicação governamental de programas econômicos liberais.
- (B) favorecia o projeto governamental de democratização do país em uma situação de aumento expressivo dos salários dos operários industriais.
- (C) absorvia a oferta de mão de obra em uma situação de controle estatal de organizações de trabalhadores assalariados.
- (D) manifestava os primeiros sintomas de crise política estrutural em uma situação de diminuição do mercado consumidor interno.
- (E) baseava-se na deliberação política de modernização da agricultura em prejuízo das indústrias em uma situação de crescimento populacional das sociedades rurais.

40. A constituinte de 1988 redigiu e aprovou a constituição mais liberal e democrática que o país já teve, merecendo por isso o nome de Constituição Cidadã. Os direitos políticos adquiriram amplitude nunca antes atingida. No entanto, a estabilidade democrática não pode ainda ser considerada fora de perigo. A democracia política não resolveu os problemas econômicos mais sérios, como a desigualdade e o desemprego. Continuam os problemas da área social e houve agravamento da situação dos direitos civis no que se refere à segurança individual.

(José Murilo de Carvalho. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, 2011, p. 199. Adaptado)

O excerto expressa uma

- (A) concepção dos condicionamentos múltiplos do exercício de direitos sociopolíticos.
- (B) crítica política à inaplicabilidade de princípios jurídicos demasiadamente abstratos.
- (C) perspectiva de substituição das reformas políticas pelas sociais no Brasil.
- (D) oposição ao equilíbrio institucional em nome da noção de progresso econômico.
- (E) análise das reformas educacionais necessárias à expansão da participação política.

ATUALIDADES

41. Uma nova funcionalidade foi incluída recentemente no aplicativo Carteira Digital de Trânsito, disponibilizado pelo governo federal. Essa funcionalidade possibilita

- (A) consultar a situação de pendência criminal e administrativa de veículo automotor.
- (B) exibir a Carteira Nacional de Habilitação e o Título de Eleitor em formato digital.
- (C) exibir o Certificado Nacional de Vacinação covid-19 em formato digital.
- (D) assinar digitalmente a Autorização de Transferência de Propriedade de Veículo.
- (E) desbloquear eletronicamente Carteira Nacional de Habilitação suspensa por até 30 dias.

42. Assim como outras grandes empresas do setor de tecnologia, o Facebook decidiu encerrar o uso de uma tecnologia específica, amplamente utilizada por muitas instituições policiais, alegando motivos éticos e falta de regulamentação legal precisa. Entre as críticas feitas ao uso da tecnologia na Segurança Pública, está o risco de aumento de atitudes preconceituosas. Trata-se da tecnologia de

- (A) monitoramento georreferenciado de telefones celulares.
- (B) rastreamento de sites e redes sociais visitadas.
- (C) reconhecimento facial de cidadãos.
- (D) identificação da localização geográfica de usuário da internet.
- (E) rastreio de gastos com o cartão de crédito.

43. Desde outubro de 2021, os Cartórios de todo o Brasil passaram a participar da Campanha Sinal Vermelho. Em que consiste essa campanha?

- (A) Distribuir material de conscientização sobre a segurança no trânsito nos Cartórios.
- (B) Possibilitar o recebimento nos Cartórios de denúncias de mulheres vítimas de violência doméstica.
- (C) Auditar em Cartório documentos de transferência de propriedade, para combater a clonagem de veículos.
- (D) Estimular o cadastro e cadastrar em sistema nacional pessoas dispostas a doar a medula óssea.
- (E) Registrar em cartório denúncias sobre estabelecimentos sem o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

44. A implantação do projeto Olho Vivo possibilitou, inicialmente, o uso de 2500 câmeras operacionais portáteis, por 18 unidades da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Em virtude do sucesso do projeto, o governo do Estado anunciou à imprensa que em 2022 o número de câmeras será ampliado. Quantas câmeras a mais pretende-se disponibilizar para a Polícia Militar nesse ano?

- (A) 2500
- (B) 5000
- (C) 7000
- (D) 9500
- (E) 12000

45. “Em 28 de janeiro é celebrado o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. (...) São Paulo é o município com o maior número de casos análogos à escravidão. (...) Entre 1995 e 2020, mais de 55 mil pessoas foram libertadas de condições de trabalho análogas à escravidão no Brasil, segundo o Radar da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho, vinculada ao Ministério da Economia. Os trabalhadores libertados são, em sua maioria, migrantes, que deixaram as casas para a região de expansão agropecuária ou para grandes centros urbanos em busca de novas oportunidades ou atraídos por falsas promessas de geração de renda”.

(noticiasr7.com., 28.01.2022. Adaptado)

Por ocasião da celebração do Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, foi realizada em 2022 uma campanha educativa, na Rodovia dos Imigrantes, no Estado de São Paulo. Dentre as iniciativas da campanha estava a divulgação de um canal telefônico específico para denúncias de violação dos direitos humanos, como as denúncias de trabalho análogo à escravidão. Qual canal telefônico foi divulgado?

- (A) Disque 100.
- (B) Disque 147.
- (C) Disque 153.
- (D) Disque 181.
- (E) Disque 188.

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

DIREITO CONSTITUCIONAL

46. Assinale a alternativa que está de acordo com os Direitos Individuais e Coletivos previstos na Constituição Federal.

- (A) Os partidos políticos com representação no Congresso Nacional são os detentores exclusivos da legitimidade para impetrar o mandado de segurança coletivo.
- (B) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento, já a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato.
- (C) O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais e é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.
- (D) Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de cinco representantes destes com a finalidade de promover a comunicação direta com os empregadores.
- (E) Com a recente reforma constitucional e trabalhista, tornou-se dispensável a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

47. Assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.

- (A) O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de nove membros, escolhidos mediante eleição, pelo voto secreto, entre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, além de advogados de notável saber jurídico.
- (B) Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, admitindo-se a atribuição da legitimização para agir a um único órgão.
- (C) Compete à justiça militar processar e julgar, exclusivamente, os crimes militares cometidos contra civis.
- (D) Os juizes dos tribunais eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos, sendo os substitutos escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.
- (E) A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa concorrente do Tribunal de Justiça e do Governador do Estado.

48. Considere que Joana é civil, advogada, tem 36 (trinta e seis) anos e deseja se tornar Ministra do Superior Tribunal Militar. Com base no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Joana

- (A) não pode compor o Superior Tribunal Militar, pois não possui a idade mínima exigida para tanto, que é de 50 (cinquenta) anos.
- (B) precisa ter notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e deve ser indicada pelo Ministro da Justiça.
- (C) não tem todos os requisitos exigidos para compor o Superior Tribunal Militar, visto que não é integrante das Forças Armadas.
- (D) somente pode compor o Superior Tribunal Militar se tiver mais de quinze anos de efetiva atividade profissional.
- (E) deve ter notório saber jurídico e conduta ilibada, mais de 10 (dez) anos de efetiva atividade profissional e ser indicada pelo Presidente da República, além de aprovada a indicação pelo Senado Federal.

49. Sobre a Justiça Militar do Estado, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição do Estado de São Paulo.

- (A) O Tribunal de Justiça Militar do Estado, com jurisdição em todo o território estadual e com sede na Capital, compor-se-á de onze juízes.
- (B) Os juízes do Tribunal de Justiça Militar gozam dos mesmos direitos e subsídios e sujeitam-se às mesmas proibições dos Ministros do Superior Tribunal Militar.
- (C) Compete ao Tribunal de Justiça Militar exercer a correção geral e decidir sobre a perda do posto e da patente dos Oficiais, mas não a graduação das praças.
- (D) O Tribunal de Justiça Militar do Estado será dividido em duas câmaras e composto por militares Coronéis da ativa da Polícia Militar do Estado e civis.
- (E) Os serviços de correção permanente sobre as atividades de Polícia Judiciária Militar e do Presídio Militar serão realizados pelo Conselho Nacional de Justiça.

50. A respeito da Administração Pública, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição do Estado de São Paulo.

- (A) A transformação, fusão, cisão ou incorporação das sociedades de economia mista e empresas públicas independe de prévia aprovação da Assembleia Legislativa.
- (B) Deve existir um Diretor Representante e um Conselho de Representantes, eleitos pelos servidores e empregados públicos, nas autarquias, sociedades de economia mista e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público.
- (C) A estipulação de limite de idade para ingresso por concurso público na administração direta, empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público é admitida.
- (D) Com a recente alteração constitucional, passou-se a considerar para fins de apuração do teto constitucional as parcelas de caráter indenizatório.
- (E) A publicação dos atos não normativos deverá ser publicada na íntegra no órgão oficial do Estado.

DIREITO PENAL

51. De acordo com o art. 12 do CP, as regras gerais do CP aplicam-se a fatos incriminados por lei especial?

- (A) Sim, desde que a lei especial seja anterior ao CP.
- (B) Sim, desde que a lei especial não disponha de modo diverso.
- (C) Sim, com exceção dos fatos apurados em processos da competência da Justiça Militar.
- (D) Sim, com exceção dos fatos apurados em processos da competência de Tribunal Especial.
- (E) Não.

52. Nos termos do art. 15 do CP, o agente que, voluntariamente, impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados. Trata-se de instituto denominado

- (A) *abolitio criminis*.
- (B) tentativa imperfeita.
- (C) desistência voluntária.
- (D) arrependimento eficaz.
- (E) arrependimento posterior.

53. Crime contra a dignidade sexual que apresenta sujeito passivo próprio:

- (A) importunação sexual.
- (B) estupro corretivo.
- (C) estupro de vulnerável.
- (D) violação sexual mediante fraude.
- (E) registro não autorizado da intimidade sexual.

54. “Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, _____, ou de _____ ou de quem tiver qualidade para representá-lo. A representação será irretratável, _____.”

Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas, de acordo com os arts. 24, “caput” e 25 do CPP.

- (A) de condição de procedibilidade ... confirmação do ofendido em Juízo ... depois de oferecida a denúncia
- (B) de suprimimento judicial ... de representação do responsável legal da vítima ... depois de recebida a denúncia
- (C) de condição de procedibilidade ... representação do ofendido ... exceto quando se trate de direito personalíssimo
- (D) de requisição do Ministro da Justiça ... confirmação do ofendido em Juízo ... exceto quando se trate de direito personalíssimo
- (E) de requisição do Ministro da Justiça ... representação do ofendido ... depois de oferecida a denúncia

55. É medida cautelar diversa da prisão, nos termos do art. 319 do CPP:

- (A) elaboração de relatórios pormenorizados diários, semanais ou mensais, a fim de justificar suas atividades.
- (B) obrigação do acusado manter-se afastado da Comarca quando a ausência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução.
- (C) proibição de acesso à rede de computadores (Internet) ou a outros meios de informação, a fim de garantir a incomunicabilidade do acusado.
- (D) internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (art. 26 do CP) e houver risco de reiteração.
- (E) frequência a cursos educativos e informativos em órgãos públicos ou entidades previamente cadastradas junto ao Poder Judiciário, que tenham por finalidade ressocializar o acusado.

56. Nos termos do art. 62 da Lei nº 9.099/95, o processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível,

- (A) a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.
- (B) a solução consensual do conflito, a não reincidência e a definitiva pacificação social.
- (C) a mediação entre autor e vítima com vistas à composição dos danos materiais.
- (D) desestigmatizar o autor dos fatos e não revitimizar o ofendido.
- (E) a diminuição da litigiosidade do conflito e a solução mediada.

57. Considere o seguinte caso hipotético: um Cabo PM da ativa, de folga e em trajes civis, utilizando de armamento da Instituição, juntamente com outros dois civis e um Sargento PM reformado, em coautoria, praticam um crime de roubo a um estabelecimento comercial que vende peças de uniforme, do qual, um dos proprietários, trata-se de um Tenente PM da reserva.

É correto afirmar que o crime é

- (A) comum.
- (B) militar, pois o armamento utilizado pertencia à Instituição.
- (C) militar, pois o estabelecimento vende peças de uniforme.
- (D) militar, pois o proprietário trata-se de um Tenente PM da reserva.
- (E) militar, pois foi cometido em coautoria com um Sargento PM reformado.

58. Nos termos do Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- (A) Com relação ao tempo do crime, considera-se praticado no momento do resultado.
- (B) O militar da reserva ou reformado, empregado na administração militar, para o efeito da aplicação da lei penal militar, não se equipara ao militar em situação de atividade.
- (C) O militar que, em virtude da função, exerce autoridade sobre outro de igual posto ou graduação, não será considerado superior, possuindo apenas precedência funcional.
- (D) Apenas em tempo de paz, considera-se militar, para efeito da aplicação da lei penal militar, qualquer pessoa que, seja incorporada às forças armadas.
- (E) Equipara-se ao comandante, para o efeito da aplicação da lei penal militar, toda autoridade com função de direção.

59. Assinale a alternativa que, nos termos do Código Penal Militar, contempla um crime militar que a pena é aumentada da metade, se o fato é praticado diante da tropa, ou em público.

- (A) Organização de grupo para a prática de violência.
- (B) Alienação para motim ou revolta.
- (C) Despojamento desprezível.
- (D) Violência contra superior.
- (E) Violência contra militar de serviço.

60. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, compete à polícia judiciária militar

- (A) apurar os crimes militares e comuns, excetuando-se aqueles que por lei especial estão sujeitos à jurisdição militar.
- (B) solicitar das autoridades civis as informações e medidas que julgar úteis à elucidação das infrações penais, que esteja a seu cargo.
- (C) requisitar das autoridades judiciárias militares, a prisão preventiva e a prisão temporária do indiciado.
- (D) apurar, por meio de sindicância, todas as responsabilidades civis e administrativas decorrentes ou não dos Inquéritos Policial-Militares.
- (E) requisitar da polícia civil e das repartições técnicas civis as pesquisas e exames necessários ao complemento e subsídio das sindicâncias e dos inquéritos policial-militares.

61. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, é correto afirmar, nos casos em que servidores das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares figurarem como investigados em inquéritos policial-militares e demais procedimentos extrajudiciais, cujo objeto for a investigação de fatos relacionados ao uso da força letal praticados no exercício profissional, de forma consumada ou tentada, que

- (A) o investigado deverá ser citado da instauração do procedimento investigatório, podendo constituir defensor no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento da citação.
- (B) com ausência de nomeação de defensor pelo investigado, a autoridade responsável pela investigação deverá intimar a instituição a que estava vinculado o investigado à época da ocorrência dos fatos, para que esta, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, indique defensor para a representação do investigado.
- (C) o indiciado poderá ser intimado da instauração do procedimento investigatório, devendo constituir defensor no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento da intimação.
- (D) com ausência de nomeação de defensor pelo investigado, a autoridade responsável pela investigação deverá intimar a instituição a que estava vinculado o investigado à época da ocorrência dos fatos, para que esta, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, indique defensor para a representação do investigado.
- (E) havendo necessidade de indicação de defensor, a defesa caberá exclusivamente à Defensoria Pública e, nos locais em que ela não estiver instalada, a União ou a Unidade da Federação correspondente à respectiva competência territorial do procedimento instaurado deverá disponibilizar profissional para acompanhamento e realização de todos os atos relacionados à defesa administrativa do investigado.

62. No que concerne à Prisão em Flagrante prevista no Código de Processo Penal Militar, é correto afirmar que

- (A) quando a pessoa conduzida se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o auto será assinado por quatro testemunhas, que lhe tenham ouvido a leitura na presença do indiciado e do condutor.
- (B) qualquer pessoa deverá e os militares poderão prender quem for insumisso ou desertor, ou seja encontrado em flagrante delito.
- (C) nas infrações permanentes, considera-se o agente em flagrante delito no momento da ação ou da omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- (D) a falta de testemunhas não impedirá o auto de prisão em flagrante, que será assinado por duas pessoas, pelo menos, que hajam testemunhado a apresentação do preso.
- (E) sendo o auto presidido por autoridade militar, designará esta, para exercer as funções de escrivão, um subtenente, suboficial ou sargento, se o indiciado for oficial.

DIREITO ADMINISTRATIVO

63. O grande fundamento deste princípio é o excesso de poder, e o fim a que se destina é exatamente o de conter atos, decisões e condutas de agentes públicos que ultrapassam os limites adequados, com vistas ao objetivo colimado pela Administração, ou até mesmo pelos Poderes representativos do Estado.

O enunciado refere-se ao princípio da

- (A) proporcionalidade.
- (B) legalidade.
- (C) moralidade.
- (D) eficiência.
- (E) publicidade.

64. O núcleo deste princípio é a procura de produtividade e economicidade e, o que é mais importante, a exigência de reduzir os desperdícios de dinheiro público, o que impõe a execução dos serviços públicos com presteza, perfeição e rendimento funcional.

O enunciado refere-se ao princípio da

- (A) razoabilidade.
- (B) proporcionalidade.
- (C) eficiência.
- (D) legalidade.
- (E) moralidade.

65. É correto afirmar que, quando o Poder Público interfere na órbita do interesse privado para salvaguardar o interesse público, restringindo direitos individuais, atua no exercício do poder
- (A) discricionário.
 - (B) de autotutela.
 - (C) hierárquico.
 - (D) de polícia.
 - (E) vinculado.
66. Prerrogativa concedida aos agentes administrativos de elegerem, entre várias condutas possíveis, a que traz maior conveniência e oportunidade para o interesse público.
- O enunciado refere-se ao poder
- (A) discricionário.
 - (B) de polícia.
 - (C) hierárquico.
 - (D) regulamentar.
 - (E) vinculado.
67. É a alteração no mundo jurídico que o ato administrativo se propõe a processar. Significa o objetivo imediato da vontade exteriorizada pelo ato, a proposta, enfim, do agente que manifestou a vontade com vistas a determinado alvo.
- O enunciado refere-se ao seguinte elemento do ato
- (A) competência.
 - (B) forma.
 - (C) motivo.
 - (D) finalidade.
 - (E) conteúdo.
68. Situação de fato ou de direito que gera a vontade do agente quando pratica o ato administrativo.
- O enunciado refere-se ao seguinte elemento do ato
- (A) forma.
 - (B) objeto.
 - (C) motivo.
 - (D) competência.
 - (E) finalidade.
69. No que concerne à responsabilidade civil dos militares do Estado, é correto afirmar que a Constituição Federal adota a teoria
- (A) da irresponsabilidade do Estado.
 - (B) do risco administrativo.
 - (C) do risco integral.
 - (D) da responsabilidade civil subjetiva.
 - (E) da responsabilidade civil objetiva.

70. No que concerne aos direitos individuais previstos na Lei nº 8.069/90 (Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências), é correto afirmar que nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente. A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de
- (A) quinze dias.
 - (B) trinta dias.
 - (C) sessenta dias.
 - (D) cinquenta dias.
 - (E) quarenta e cinco dias.
71. Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Nos termos da Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade, notadamente:
- (A) facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a indevida incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, de rendas, de verbas ou de valores integrantes do acervo patrimonial das entidades referidas no enunciado.
 - (B) adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, de cargo, de emprego ou de função pública, e em razão deles, bens de qualquer natureza, decorrentes dos atos descritos no enunciado, cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público, assegurada a demonstração pelo agente da licitude da origem dessa evolução.
 - (C) frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva.
 - (D) agir illicitamente na arrecadação de tributo ou de renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público.
 - (E) liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.

72. Nos termos da Lei nº 12.527/11 (Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. nº 216 da Constituição Federal), é correto afirmar que

- (A) na impossibilidade de obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar que, a suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original.
- (B) é vedado ao órgão ou à entidade cobrar o valor necessário ao ressarcimento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.
- (C) o serviço de busca e de fornecimento de informação é oneroso.
- (D) quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser vedada a consulta e a realização de cópia.
- (E) é direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, exclusivamente por certidão.

73. Nos termos da Lei nº 13.869/19 (Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade), a conduta de instaurar investigação preliminar sumária, devidamente justificada, em desfavor de alguém, à falta de qualquer indício da prática de ilícito funcional ou de infração administrativa,

- (A) é considerada crime apenado com reclusão.
- (B) é considerada crime de ação penal privada.
- (C) é considerada crime de ação penal pública incondicionada.
- (D) é considerada crime apenado com detenção.
- (E) não é considerada crime.

74. Nos termos do Decreto nº 9.847/19 (Regulamenta a Lei nº 10.826/03, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas), é correto afirmar que

- (A) o Sinarm (Sistema Nacional de Armas), instituído no âmbito do Comando do Exército do Ministério da Defesa, manterá cadastro nacional das armas de fogo importadas, produzidas e comercializadas no País.
- (B) o Sigma (Sistema de Gerenciamento Militar de Armas), instituído no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, manterá cadastro nacional das armas de fogo importadas, produzidas e comercializadas no País.
- (C) os processos de autorização para aquisição, registro e cadastro de armas de fogo no Sigma (Sistema de Gerenciamento Militar de Armas) tramitarão de maneira descentralizada, na forma estabelecida em ato do Comandante do Exército.
- (D) fica permitida a venda de armas de fogo de porte e portáteis, munições e acessórios por estabelecimento comercial credenciado pela Polícia Federal.
- (E) a comercialização de armas de fogo, de acessórios, de munições e de insumos para recarga só poderá ser efetuada em estabelecimento comercial credenciado pela Polícia Federal.

75. Nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é correto afirmar que

- (A) todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais e internacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais, que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.
- (B) todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal internacional independente e imparcial, para decidir seus direitos e deveres ou fundamento de qualquer acusação administrativa, civil e criminal contra ele.
- (C) todo ser humano acusado de um ato delituoso ou não tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público em Tribunal Internacional no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.
- (D) ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte de que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.
- (E) ninguém será sujeito à interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência nem a ataque à sua honra e reputação, exceto por determinação legítima do Estado.

76. Nos termos da Resolução ONU nº 34/169/79 (Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei), é correto afirmar que

- (A) os funcionários responsáveis pela aplicação da lei só podem empregar a força quando estritamente necessária e na medida exigida para o cumprimento do seu dever, exceto quando a violação da lei justificar a ação.
- (B) os funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem garantir a proteção da saúde de todas as pessoas sob sua guarda e, em especial, devem adotar medidas imediatas para assegurar-lhes cuidados médicos, sempre que necessário.
- (C) nenhum funcionário responsável pela aplicação da lei pode infligir, instigar ou tolerar qualquer ato de tortura, desumano ou degradante, permitindo-se apenas em circunstâncias excepcionais, tal como o estado de guerra.
- (D) os funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem, sempre que possível, respeitar a lei e o Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei.
- (E) nenhum funcionário responsável pela aplicação da lei pode infligir, instigar ou tolerar qualquer tratamento ou pena cruel, permitindo-se apenas em circunstâncias excepcionais, tais como ameaça à segurança nacional e instabilidade política interna.

77. Nos termos do Decreto-lei nº 667/69, é correto afirmar que

- (A) é expressamente proibido a elementos das Polícias Militares o comparecimento fardado, exceto em serviço, em manifestações de caráter político-partidário.
- (B) é expressamente proibido a elementos das Polícias Militares o comparecimento fardado ou não, exceto em serviço, em manifestações de caráter político-partidário.
- (C) é expressamente proibido a elementos das Polícias Militares o comparecimento fardado ou não, de serviço ou de folga, em manifestações de caráter político-partidário.
- (D) é expressamente proibido a elementos das Polícias Militares o comparecimento fardado, de serviço ou de folga, em manifestações de caráter político-partidário.
- (E) aos integrantes das Polícias Militares é facultado o comparecimento fardado em manifestações de caráter político-partidário, desde que autorizado pelo superior hierárquico.

78. Nos termos do Decreto-lei nº 667/69, aplica-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, entre outras, a seguinte norma geral relativa à pensão militar:

- (A) o benefício da pensão militar é irredutível e deve ser revisto automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.
- (B) a relação de beneficiários dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, para fins de recebimento da pensão militar, é a mesma estabelecida para os servidores do Poder Judiciário.
- (C) o benefício da pensão militar é redutível e deve ser revisto automaticamente, em até trinta dias após a revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.
- (D) a relação de beneficiários dos militares dos Estados e dos Territórios, excetuando o Distrito Federal, para fins de recebimento da pensão militar, é a mesma estabelecida para os servidores das Forças Armadas.
- (E) o benefício da pensão militar é irredutível e deve ser revisto automaticamente, em até trinta dias após a revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

79. Nos termos do Decreto-lei nº 260/70 (Dispõe sobre a inatividade dos componentes da PMESP), é correto afirmar que o militar do Estado transferido para a reserva

- (A) poderá ser designado para exercer, exclusivamente, funções administrativas nas Organizações Policiais-Militares, enquanto não atingir a idade-limite de permanência na reserva.
- (B) poderá ser designado para exercer, exclusivamente, funções especializadas nas Organizações Policiais-Militares, enquanto não atingir a idade-limite de permanência na reserva.
- (C) deverá ser designado para exercer, exclusivamente, funções administrativas nas Organizações Policiais-Militares, enquanto não atingir a idade-limite de permanência na reserva.
- (D) poderá ser designado para exercer, especificamente, funções administrativas, técnicas ou especializadas nas Organizações Policiais-Militares, enquanto não atingir a idade-limite de permanência na reserva.
- (E) deverá ser designado para exercer, exclusivamente, funções técnicas ou especializadas nas Organizações Policiais-Militares, enquanto não atingir a idade-limite de permanência na reserva.

80. Nos termos do Decreto nº 20.218/82 (Define a conceituação de acidente em serviço e dá outras providências), é correto afirmar que se considera acidente em serviço, para todos os efeitos previstos na legislação em vigor, relativos aos componentes da Polícia Militar do Estado, aquele que ocorra com o policial-militar, quando

- (A) no exercício de suas atribuições funcionais, durante o expediente normal, ou em horário de folga ou, se determinado por autoridade incompetente, em sua prorrogação ou antecipação.
- (B) exclusivamente, no decurso de viagens impostas por motivo de movimentação no interesse do serviço.
- (C) no deslocamento entre sua residência e a organização em que serve, seu local de trabalho ou, ainda, em qualquer outro onde sua missão deva ter início, mesmo quando o acidente for resultado de desídia do policial militar.
- (D) no exercício de suas atribuições funcionais, durante o expediente normal, ou, se determinado por autoridade incompetente, em sua prorrogação ou antecipação.
- (E) no cumprimento das atividades policiais-militares, profissionais ou técnicas, e resultante de ordens, disposições regulamentares ou de legislação em vigor, exceto quando, entre outros casos, for resultado de imprudência.

81. Nos termos do Decreto nº 55.588/10 (Dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá providências correlatas), é correto afirmar que
- (A) caberá à Secretaria da Segurança Pública, por meio da Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual do Estado de São Paulo, promover ampla divulgação do decreto para esclarecimento sobre os direitos e deveres nele assegurados.
 - (B) faculta-se aos servidores públicos tratar a pessoa pelo prenome indicado no registro civil ou pelo prenome escolhido no preenchimento do cadastro no âmbito da Administração direta ou indireta.
 - (C) caberá à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, por meio da Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual do Estado de São Paulo, promover ampla divulgação do decreto para esclarecimento sobre os direitos e deveres nele assegurados.
 - (D) o prenome escolhido no momento do preenchimento do cadastro deve ser utilizado para os atos que ensejarão a emissão de documentos oficiais.
 - (E) os documentos obrigatórios de identificação serão emitidos nos termos da legislação própria, mantido o nome original no registro civil.
82. Nos termos do Decreto nº 58.052/12 (Regulamenta a Lei Federal nº 12.527/11, que regula o acesso a informações, e dá providências correlatas), é correto afirmar que o acesso aos documentos, dados e informações compreende, entre outros, os direitos de obter:
- (A) dado ou informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, exclusivamente quando recolhidos a arquivos públicos.
 - (B) orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrado ou obtido o documento, dado ou informação almejada.
 - (C) documento, dado ou informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, exceto se esse vínculo já tenha cessado.
 - (D) documento, dado ou informação pertinente à administração o patrimônio público, utilização de recursos, sejam estes públicos ou privados, licitação, contratos administrativos.
 - (E) documento, dado ou informação relativa à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, exceto as metas e indicadores propostos.

83. Nos termos da Lei Complementar nº 1.224/13, é correto afirmar que

- (A) o cargo de Chefe da Casa Militar do Governador, entre outros, de provimento em comissão, serão exercidos por Oficiais da ativa ocupantes do último posto do Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM), ocupando vaga no respectivo quadro.
- (B) o cargo de Corregedor PM, entre outros, de provimento em comissão, serão exercidos por Oficiais da ativa ocupantes do último posto do Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM), e não ocupará vaga no respectivo quadro.
- (C) o cargo de Subcomandante PM, entre outros, de provimento em comissão, serão exercidos por Oficiais da ativa ocupantes do último posto do Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM), ocupando vaga no respectivo quadro.
- (D) os integrantes dos postos de 1º e 2º Tenentes do QOPM serão empregados, prioritariamente em funções da atividade-fim, de acordo com o Quadro Particular de Organização (QPO).
- (E) os Oficiais do QOS até o posto de Capitão serão empregados prioritariamente em atividades operacionais de saúde.

NORMAS ADMINISTRATIVAS DE INTERESSE POLICIAL-MILITAR

84. Nos termos da Diretriz nº PM3-008/02/20 [Câmeras Operacionais Portáteis (COP)], é correto afirmar que as evidências digitais produzidas pela COP possuem temporalidade de guarda de
- (A) 10 (dez) anos, sendo-lhes asseguradas as proteções previstas em lei e regulamentos.
 - (B) 5 (cinco) anos, sendo-lhes asseguradas as proteções previstas em lei e regulamentos.
 - (C) 3 (três) anos, sendo-lhes asseguradas as proteções previstas em lei e regulamentos.
 - (D) 1 (um) ano, sendo-lhes asseguradas as proteções previstas em lei e regulamentos.
 - (E) tempo indeterminado.

85. Nos termos da Diretriz nº PM3-004/02/21 [Diária especial por jornada extraordinária de trabalho policial-militar (DEJEM)], é considerado, entre outros, um requisito para o emprego do efetivo policial-militar:
- (A) não estar frequentando o EEP – Desenvolvimento Psicoemocional ou o EEP – Procedimentos de Menor Potencial Ofensivo; este último somente nos casos de policiais militares vinculados à 4ª fase do PAAPM (ou programa que o substitua).
 - (B) não estar em gozo de afastamento regulamentar de qualquer natureza, exceto Férias e Licença-Prêmio (LP).
 - (C) não estar cumprindo pena por cometimento de crime militar de qualquer natureza, exceto quando concedido qualquer benefício, bem como em menagem ou liberdade provisória.
 - (D) não possuir restrição, exclusivamente de natureza médica, que inviabilize a atuação na Ativ DEJEM.
 - (E) no caso de o voluntário ser Soldado PM 2ª Classe, deverá ter cumprido, no mínimo, o período de 3 (três) meses de estágio probatório após sua formatura, contados a partir do ato de recepção devidamente publicado em boletim interno e averbado em seu Assentamento Individual.
86. Nos termos da Nota de Instrução nº PM3 – 002/03/20 [Normas para utilização de Armas de Incapacitação Neuromuscular (AIN)], é correto afirmar que a arma de incapacitação neuromuscular **não** deverá ser utilizada
- (A) na região das costas.
 - (B) na região do peito, na altura aproximada do coração.
 - (C) com ponto de visada no pescoço.
 - (D) em adolescentes.
 - (E) em mulheres utilizando saias curtas.
87. No que concerne à Visita Solidária prevista na Nota de Instrução nº PM3-001/02/21 (Atuação da Polícia Militar na sistemática de defesa contra a violência doméstica), é correto afirmar que
- (A) a primeira será, preferencialmente, em até 30 (trinta) dias após a ocorrência, com o fim de permitir a correta avaliação sobre a conveniência da presença da “Patrulha Maria da Penha” na residência da mulher.
 - (B) poderá ser realizada presencialmente, pela Patrulha “Maria da Penha” ou, em caso de impossibilidade, por policial militar capacitado pelo Programa “Lar Mais Seguro”.
 - (C) será realizada, havendo ou não a concordância da vítima, sempre no interesse público de proteger a esta de eventuais agressões.
 - (D) é vedada a realização por telefone, devendo obrigatoriamente ser realizada presencialmente pela Patrulha “Maria da Penha”.
 - (E) a segunda visita deverá acontecer em período não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data da primeira Visita Solidária, devendo ser abreviada quando da constatação de risco iminente à mulher ou à família.
88. Nos termos da Diretriz nº PM3-001/02/20 (Normas para o Sistema Operacional de Policiamento – NORSOP), é correto afirmar que as Forças Táticas (FT), das quais fazem parte, inclusive, as Rondas Ostensiva com Apoio de Motocicletas (ROCAM) e os Batalhões de Ações Especiais de Polícia (BAEP), integram a
- (A) Matriz Operacional I – Apoios Táticos e Ações Especiais de Polícia.
 - (B) Matriz Operacional II – Apoios Táticos e Ações Especiais de Polícia.
 - (C) Matriz Operacional III – Apoios Especializados.
 - (D) Matriz Operacional III – Apoios Táticos e Ações Especiais de Polícia.
 - (E) Matriz Operacional II – Apoios Especializados.
89. Nos termos da Portaria CMT G – PM4-001/1.2/20 (Dispõe sobre o registro e o porte de arma de fogo, munição e colete de proteção balística na Polícia Militar e dá outras providências), é correto afirmar que, para portar arma de fogo de uso permitido e/ou de uso restrito, o policial militar deverá observar, entre outras, a seguinte regra:
- (A) quando de folga com arma de fogo da PMESP, deverá portar apenas a Cédula de Identidade Funcional.
 - (B) quando em outra Unidade Federativa, portando a arma de fogo da PMESP, deverá portar a Cédula de Identidade Funcional e, se a sua carga não estiver cadastrada no SIPL, necessitará da cédula de Autorização de Carga de Arma de Fogo (ACAF).
 - (C) quando de folga, sendo a arma pertencente a acervo de colecionador, atirador ou caçador, deverá portá-la de acordo com as normas específicas ao registro da arma.
 - (D) quando de serviço com arma da PMESP, deverá portar somente a Cédula de Identidade Funcional e, se a sua carga não estiver cadastrada no SIPL, necessitará da cédula de Autorização de Carga de Arma de Fogo (ACAF).
 - (E) quando de serviço ou de folga com arma particular, deverá portar a Cédula de Identidade Funcional.

90. Nos termos das I-16-PM (Instruções do Processo Administrativo da Polícia Militar), é correto afirmar que

- (A) é vedado o registro dos atos processuais por meio magnético, eletrônico, digital ou processo similar, sendo apenas autorizada a videoconferência quando a pessoa cujo depoimento seja necessário colher esteja presa, à disposição da Justiça Militar no Presídio Militar Romão Gomes.
- (B) o Presidente de Processo Regular (Conselho de Justificação, Conselho de Disciplina e Processo Administrativo Disciplinar) e Sindicância, por decisão fundamentada nos autos, poderá realizar a produção de prova oral por sistema de videoconferência, quando a pessoa cujo depoimento seja necessário colher esteja presa, à disposição da Justiça, em estabelecimento prisional temporário ou definitivo.
- (C) é vedado o registro dos atos processuais por meio magnético, eletrônico, digital ou processo similar, sendo tais utilizados apenas em caráter excepcional.
- (D) os atos processuais poderão ser registrados formalmente por escrito ou por meio magnético, eletrônico, digital ou processo similar, sendo, nessas hipóteses, dispensado o registro por escrito.
- (E) na Sindicância, poderá ser realizada a produção de prova oral por sistema de videoconferência, entre outros casos, quando a pessoa cujo depoimento seja necessário colher não resida no município onde será realizada a audiência de instrução.

